

ECONOMIA BRASILEIRA

Funaro não admite a volta da correção

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia 2 0 DEZ 1980

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, descartou, ontem, a possibilidade de o Governo promover, como pressiona o sistema financeiro e os empresários em geral, o retorno da correção monetária dentro da economia.

O ministro considerou normal a taxa de inflação de 3,3 por cento divulgada pelo IBGE e considerou que o Governo tem condições de administrar as pressões inflacionárias presentes, no momento, em decorrência do descongelamento gradual dos preços, porque trabalha com uma economia desindexada.

A tarefa do Governo, segundo o ministro, é a de reduzir, gradualmente, tais pressões e isso é perfeitamente possível, graças à inexistência da correção monetária, que transfiria para frente todos os reflexos da inflação passada, realidade que disse ter sido extirpada com o Plano Cruzado — “não há hipótese do retorno da correção monetária”, garantiu.

A afirmação de Funaro contradiz com declarações dos próprios economistas da Fazenda sobre o assunto. Estes entendem que a economia vive, no momento, uma fase de incerteza decorrente da imprevisibilidade do comportamento da inflação. Por isso, os agentes econômicos especulam com a taxa de juros, para garantir a rentabilidade mais favorável possível.

A retomada da correção monetária seria inevitável, na opinião de alguns economistas da Fazenda, porque poderá reduzir a taxa de juros. O mercado se acalmaria com um indexador (correção) que refletisse o real comportamento dos preços. Por isso, estuda-se, na Fazenda, a fixação de três tipos de índices de preços: 1 — índice para reajustar salários; 2 — índice para reajustar o capital; e 3 — índice para reajustar o câmbio.

Argumentam, ainda, os economistas que a fase de indefinição da economia decorre da incerteza quanto à negociação da dívida externa. O Governo, enquanto não negocia a dívida com os credores, precisa adotar uma política cambial flexível para estimular as exportações. Esta política contribui para gerar pressões inflacionárias e, na falta de um índice de preços confiável, a especulação se faz presente com a explosão da taxa de juros. Funaro, no entanto, descartou a volta da correção monetária, sugerida pelos

técnicos para reduzir as taxas de juros.

GATILHO DISPARA

Devido às pressões inflacionárias produzidas pelos aumentos de preços após o Plano Cruzado II, Funaro admitiu que o gatilho salarial poderá ser acionado a qualquer momento desde que o índice acumulado atinga 20 por cento. Não quis prever quando o disparo ocorrerá, mas admitiu ser possível que tal ocorra em janeiro.

Para o ministro, os trabalhadores precisam, agora, contribuir mais com o Governo. Considera que essa contribuição poderá se dar com a redução das greves. Citou que, ontem, tornou-se impossível fechar contratos de 2 milhões de dólares de importações justamente por causa de paralisações de trabalho. Os trabalhadores, frisou, que desejam ajudar o País na negociação da dívida externa, podem fazê-lo desde que compareçam ao trabalho.

As cadernetas de poupança estão protegidas, assegurou. Elas refletirão, como sempre aconteceu, a inflação mais 6 por cento de juros. Ele está certo de que os depósitos em poupança crescerão.

Novas tabelas de preços deverão ser lançadas sempre que se tornar necessário. Não quis prever quando isso ocorrerá. Indagado se a partir de janeiro isso poderá acontecer, respondeu, inicialmente, que não, mas retificou-se: novas tabelas surgirão sempre que necessário. Como o Governo decidiu descongelar os preços e os empresários passaram a frequentar assiduamente os corredores do terceiro andar do Ministério da Fazenda (onde funciona a Seap), é previsível aumentos generalizados a partir do início do próximo ano.

CLUBE DE PARIS

Funaro está satisfeito com o desfecho da reunião do Clube de Paris, quinta-feira, que decidiu favoravelmente à rolagem da dívida do Brasil para com o Clube, em torno de 9 bilhões de dólares. Desse total, 2,5 bilhões estão com pagamento em atraso. O Governo pagará 800 milhões de dólares por ano, até liquidá-los. No próximo 19 de janeiro, as negociações serão reiniciadas. Para o ministro, trata-se de passo importante para dar seqüência às negociações externas com os credores privados.